

“Põe diante dos teus olhos o mais pobre dos pobres”

Nos últimos 10 anos ficou claramente demonstrado que os processos tradicionais de desenvolvimento, baseados exclusivamente nos objectivos de crescimento económico e de moeda forte, provocam e aumentam a pobreza. As políticas públicas são responsáveis por essa orientação. Erradicar a pobreza é, por isso, um questionamento radical das políticas públicas.

Na Cimeira do Desenvolvimento Social que teve lugar em Copenhague, em 1995, todos os Estados presentes se comprometeram a pôr a pessoa humana no centro do desenvolvimento. Estratégias concretas foram então delineadas. Na União Europeia, desde 1989, a política social tem sido reafirmada como o objectivo que pode conferir a uma União construída sobre o económico e o monetário a indispensável transformação para uma União de rosto humano, coesa, fraterna e solidária.

E, apesar de todos estes compromissos, a pobreza continua a reduzir a vida de mais de mil milhões de pessoas à crueldade da mera sobrevivência. A entrada na pobreza é uma espiral que vai corroendo a capacidade de a ultrapassar. É cumulativa: o pobre não só não tem rendimento para viver mas não tem casa, emprego, educação, acesso à saúde ou ao crédito. É hereditária: as crianças nascidas na pobreza trazem consigo um estigma que as condena a uma pobreza ainda maior. É auto-destruidora: o pobre recebe os serviços públicos, teme a humilhação, farto de tantas tentativas inúteis, acaba por perder a noção do seu valor e da sua dignidade como pessoa humana.

Mesmo nessas condições, o pobre sonha: deseja uma vida melhor, encontra soluções precárias mas imaginativas em actividades informais, é honrado (está demonstrado que nas dívidas aos bancos são os pobres que melhor cumprem as suas obrigações), tenta que os filhos tenham uma vida melhor do que a sua.

Hoje, não é possível esconder a pobreza. É uma ferida no coração de cada sociedade. É a mais violenta e maciça violação dos direitos humanos no nosso tempo. Há estratégias múltiplas enunciadas e descritas. Pode estabelecer-se estratégias específicas contra a pobreza dentro dos objectivos mais gerais que garantem a melhoria da qualidade de vida de todos. Pode sujeitar-se todas as medidas tomadas pelos decisores políticos à verificação do impacto que têm sobre os mais pobres e adoptar as políticas de compensação necessárias. Pode rever-se a política fiscal de modo a que a liberdade de iniciativa de alguns não seja concomitante com a injustiça de que muitos se sentem e são objectivamente vítimas.



Fundação Cuidar o Futuro

Ministério da
Solidariedade
Social e Igualdade
O Dia Mundial
da Erradicação
da Pobreza 1997

Uma listagem de políticas públicas contra a pobreza não chega para a erradicar. É toda a sociedade que tem de se manifestar e de se mobilizar. São os grupos organizados, são os vários agentes do poder económico, são os que acumulam empregos e mordomias, é o cidadão comum, que devem analisar que responsabilidade detêm nessa cadeia de violações dos direitos humanos. Os presos pela liberdade estão escondidos atrás das grades das prisões. Mas os presos pela pobreza estão à vista de todos: cruzamo-nos com eles todos os dias.

As manifestações, os abaixo-assinados, a acção militante de hoje não podem ficar a repetir as preocupações de décadas atrás. Hoje tudo isso tem de ter o objectivo claro, inequívoco, directo, de acabar com a pobreza. Basta que cada um de nós, em tudo o que temos a decidir no dia-a-dia, relembre o conselho de Gandhi:

“Quando estás a decidir seja o que fôr, põe diante dos teus olhos o mais pobre dos pobres que encontraste e pergunta a ti mesmo se essa decisão vai ajudá-lo. Se a resposta fôr afirmativa, então toma sem hesitar essa decisão”.



Fundação Cuidar o Futuro

Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo

Lisboa, 17 de Setembro de 1997